ATA da Reunião Ordinária

Dia: 10 de agosto de 2017

Horário de início: 14h

Local: Auditório do 7° andar do Paço Municipal

Representantes presentes da Câmara Social

1. Daniela Freire Cunha (PSJC)- suplente
2. Andrea Sundfeld Penido (PSJC)
3. Elisa Margarida Kovacs Farinha (PSJC)
4. Luciano Rodolfo de M. Machado – suplente (PSJC)
5. Carolina Abrahão Alves – (PSJC) suplente
6. Francisco Godoy –(PSJC)
7. Gabriela Bettiati Fachini – (PSJC) suplente
8. Rodrigo C. da Costa (PSJC) – **suplente**
9. Rogério Cyborg (CMSJC)
10. Dulce Rita – (CMSJC)
11. Wilson Cabral (ITA) – **suplente**
12. Valdirene A. da Silva (UNIVAP)–**suplente**
13. Maria Inez Gomes – **suplente**
14. Levidar Célia de Cassia Pereira (CIESP)
15. Maria do Rosário V. Rodrigues (ZAIA)
16. Salvador Arnone (COMUS)
17. Gustavo Bahia (SABESP)
18. Mario Cezar Barros (SINDUSCON)
19. Lincoln Delgado (GCE)
20. Luiz Fernando Figueiredo Bernabe (SINDICAT) – suplente
21. Vicente de Morais Cioffi (SIND. TRAB. IND. QUÍM. E FARM)
22. Renato Traballi Veneziani (Sindicato Rural)

Conselheiros Empossados

1. Ronaldo Madureira

Demais cidadãos presentes

1. Marcelo Pereira Manara (SEURBS)
2. Ronaldo Madureira (SERUBS)
3. Teles Eduardo Pivetta (SEURBS)
4. Leandro Magno (JUV. LIXO ZERO)
5. Lucas Lacaz Ruiz (REDE AGROFLORESTAL VALE DO PARAÍBA)

Ausências justificadas

1.Paulo Peneluppi

2.Willian Portela

3.Fernanda Frois

Ausências não justificadas (Entidades):

1. INPE
2. SINTAEMA
3. SINDIPETRO
4. DAEE
5. IPPLAN

Entidades Inexistentes, Suspensas ou que ainda não indicaram representantes:

1. GAMAVAP
2. Cons. Intersindical de Saúde do Trab.
3. Sindicato dos Engenheiros
4. Polícia Florestal
5. Entidades Ambientalistas (3ª repres.)
6. Sindicato dos Trabalhadores Rurais

ATA da Reunião Ordinária

Dia: 10 de agosto de 2017

Horário de início: 14h

Local: Auditório do 7° andar do Paço Municipal

Pauta:

1 - Aprovação da ata de reunião realizada no dia 26/04/17.

2 - Projeto de lei de restruturação do COMAM.

3 - Informe - Programa Município Verde Azul.

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e dezessete as quatorze horas, no Paço Municipal o Presidente do COMAM, **LINCOLN DELGADO** (CGE), após conferir o quórum iniciou a presente reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente relatando a necessidade do debate em torno das mudanças da lei do conselho. Relata a importância do assunto e que espera maturidade suficiente e também consciência suficiente de entender que acima dos interesses pessoais ou até institucionais, o interesse maior é na qualidade de vida e o meio ambiente de São José dos Campos. Por esse motivo entende que deve acontecer uma reformulação do Conselho de Meio Ambiente e em seguida passou a palavra ao Secretário Municipal, para explicar a composição por parte do poder público. **MARCELO MANARA**(SEURBS): Cumprimenta os presentes e lembrou que todos receberam previamente a proposta de alteração. Explica que tal proposta agrupa setores participantes, e visa ter alternância de participação, para que enriqueça o debate em termos do processo democrático, de ampla possibilidade e oferta de participação a todos. Comenta que no poder público a prefeitura municipal ficará nessa proposta, com 9 vagas que era antes 11 vagas. As concessionárias de serviços, passam a ter 2 vagas. A concessionária de serviço público, tem uma inovação importante, porque se nós considerarmos, dentro do município operam várias concessionárias como a SABESP, a EDP, as concessionárias de transportes, todas são concessões de serviço público que nunca tiveram a oportunidade, de participar do colegiado. A câmara municipal permanece com as 2 vagas e aqui assegurada a vaga para URBAM, que antes fazia parte do contexto das vagas do poder público municipal. Mas como entidade, ela não faz parte da gestão, da administração direta, ela terá uma vaga em separado, não contabilizando como prefeitura municipal. E a CETESB, uma vaga. A CETESB por sua própria atribuição e função, e importância dentro do órgão representante do SISNAMA no município, continua a sua vaga assegurada. Com relação à sociedade civil passa a palavra ao presidente. **LINCOLN DELGADO (CGE)**: Expõe que no poder público precisa colocar o seguinte, que esteve com o gerente regional da CETESB, Marcos Vinícius, que apontou que saiu uma deliberação de secretaria estadual, dizendo que a CETESB não poderá participar de mais nenhum conselho municipal. A CETESB é muito importante que participe dos conselhos. Diz que externou ao Marcos Vinícius que o conselho desejaria continuar com a CETESB. Relata que o gerente Regional lhe disse que qualquer tipo de exceção a essa regra terá que vir de um desejo de um conselho. Então combinou com ele que façamos um ofício do Conselho Municipal de Meio Ambiente, se nós concordarmos, solicitando participação da CETESB. Coloca que podem até colocar isso como primeira votação, e então oficiar a CETESB. Então coloca essa sugestão de que possam manter dentro do COMAM uma vaga para a CETESB. No entanto, já coloca que isso vai ter que ser uma gestão que vai ter que

fazer com o órgão ambiental. Que pode acontecer de realmente a CETESB participar como convidada, pois já externou esse desejo de continuar frequentando as reuniões, mas não estaria mais dentro dos quadros do conselho. **VICENTE CIOFFI** (QUIMICOS): Cumprimenta a todos presentes. Diz que a temática é importante, que isso já foi levantado há muito tempo, mas na realidade é uma questão de encaminhamento a mesa apresentar a proposta da câmara técnica. Sugere a discussão do primeiro bloco que é a câmara do governo, e depois faria os debates, com as propostas que temos. Coloca que esse é o encaminhamento ao invés de defendermos como o presidente tá defendendo inclusão ou não de algumas entidades, mandar ofício, não mandar ofício. Aquilo que não for consenso discutiria especificamente. E faria o mesmo processo na parte da câmara social. Nesse momento discutiria a proposta em si. **LINCOLN DELGADO** (CGE): Explica que não são assuntos gerais por um motivo. Poder público foi proposto e é preciso colocar isso da forma mais democrática possível, é uma lei municipal. O conselho municipal de meio ambiente é uma atribuição do executivo. No entanto, durante todas as vezes que ele foi discutido abriu-se a possibilidade de que nós fizéssemos enquanto conselho, nossa própria reivindicação. Em 1994 não foi assim. O executivo fez lá uma proposta, mandou para câmara e colocou isso em pauta. Desde então, tentamos fazer isso internamente. Com relação ao poder público, em tese, a prefeitura poderia dizer esses vão ser os membros do poder público. O que estou colocando da CETESB, para deixar bem claro, é que há um desejo que participe. No entanto, o órgão já externou de que não poderá participar, pode abrir uma exceção caso haja vontade daqui do conselho municipal. Com relação ao poder público, foi desenhado aqui pelo secretário, eu fiz um, considerando aqui com relação a CETESB. Em seguida então, nós passaríamos a votação de que se nesse cenário que foi apresentado de prefeitura municipal, concessionária de serviços, câmara municipal, a própria manutenção da câmara municipal, URBAM e a CETESB está correto, colocando uma observação da CETESB que mesmo que nós desejemos a presença dela, teremos que fazer um ofício. Daí então que eu já coloquei esse cenário, se votarmos dessa forma, tudo bem, poderemos comunicar então a CETESB. Mas vamos inverter. **MARCELO MANARA**(SEURBS): Coloca uma questão de ordem, que é uma substituição da Daniela Cunha pelo Ronaldo Madureira, passando o diretor de sustentabilidade a fazer parte como conselheiro como suplente da Mayara Rezende. **VICENTE CIOFFI** (QUIMICOS)**:** Volta a dizer que entende e deixa claro, que o governo executivo pode encaminhar a proposta para câmara. O objetivo é sair daqui com uma proposta de consenso aprovada pelo conselho para encaminhar ao executivo, sugerindo que o executivo encaminhe à câmara. Lembra que é óbvio que mesmo aprovado no conselho um entendimento o executivo tenha outro entendimento. Respeitamos isso, então vamos discutir depois na câmara. Mas como a discussão está em pauta, gostaria de abertura para oferecimento de propostas diferentes para ser discutidas. **MARCELO MANARA** (SEURBS): Coloca que recebeu uma contribuição do professor Wilson via e-mail, por isso pode trazer para plenária. **LINCOLN DELGADO**(CGE)**:** Explica que a plenária é soberana para definir. Insiste novamente em colocar que isso já foi alvo de inúmeros encontros de Câmara Técnica, que se reuniu inclusive desde a gestão passada. Que foi o desenho mais adequado a se apresentar à Câmara Social. Não é uma invenção do presidente, é realmente

uma discussão já maturada. Diz que espera é que essa Câmara Social tenha também a maturidade de aceitar que isso é algo que foi trabalhado dentro do grupo específico. Mas está aberto obviamente a discussão da questão do poder público, da composição que todos vocês têm aí caso queiram fazer algumas considerações, **WILSON CABRAL** (ITA): Cita que gostaria de fazer um apontamento antes de falar sobre esse assunto específico. Na reunião anterior, uma das demandas que foi colocada é em relação às informações do poder público, especialmente concernentes ao meio ambiente, dentre elas o SIMISA, que é um sistema de informações que deveria estar operando. Que solicitaram o prazo de 30 dias para que tivesse funcionando. O SIMISA continua com informações fora do ar. Então constata esse fato, para registro em ata e sugere que na próxima reunião tratem disso. Espera que isso seja objeto de discussão do COMAM e de encaminhamento. Sobre a proposta de composição do poder público, eu havia sugerido que a prefeitura nominasse as vagas internamente. Citando a exemplo, 3 vagas para secretaria de urbanismo e sustentabilidade, uma vaga na educação, uma vaga para saúde, Para alinhavar as representações mais concernentes ao que é tratado no conselho de meio ambiente. Para também evitar que eventualmente um prefeito resolva colocar aqui 9 representantes sem qualquer relação ambiental. Foi nesse sentido, é um pleito da nossa representação, conversei com o secretário imediatamente antes da reunião, e ele ponderou algumas questões. Expõe que até que daria para ter algo conciliador que seria nominar 6 vagas e deixar 3 vagas para definição da prefeitura. Se tiver uma assessoria especial criada para determinado fim que seja interessante participar e assim por diante. Apresenta novamente essa demanda. Sobre a questão da CETESB e o processo todo pergunta. Lembra que haviam indicado também a participação de outros órgãos, ICMBio, e outras, mas não se encontram contempladas. Coloca que poderia também ter o IBAMA, órgão licenciador, nem diria CETESB ou IBAMA, órgão licenciador de nível estadual e federal. Sugere se acharem que é interessante ter a participação desses órgãos, que se busque aqui na composição das demais vagas, alguma forma de substituí-los ou dar uma suplência. **LINCOLN DELGADO**(CGE): Expõe que deve reafirmar a cobrança de reativar o SIMISA, assim como ativar o site do COMAM. Sobre a proposta do conselheiro Wilson, diz que realizou consultas a fundação florestal, ao próprio ICMBio, com relação à participação e infelizmente, acredita que minimamente a CETESB devesse participar. **WILSON CABRAL**(ITA): Expõe que seu pedido não é para nominá-los, pelo contrário, acho que não deve nem nominar a CETESB, deve nominar o órgão licenciador ambiental em nível estadual e federal. Pode ser uma vaga para esse universo de órgãos e eventualmente até o ICMBio, considerando que estamos inserido em uma APA Federal. Esse é o pleito. **MARCELO MANARA**(SEURBS): Coloca intenção de inserir integrantes do SISNAMA. E aí pode ser federal, estadual, e se discute aí na época da formação, se o ICMBio tem condição ou IBAMA, a CETESB. Assim podemos trabalhar com diferentes expectativas. Se um órgão está debilitado, sem estrutura, ou não atende, não tem motivação para participação direta, colocar como órgãos do SISNAMA abre um leque para que se busque outros órgãos. Essa observação do professor Wilson atende a essência do que nós estamos propondo aqui. Com relação à proposta de nominar as secretarias, como o próprio Wilson comentou, nós conversamos aqui rapidamente, expliquei alguns pontos as

justificativas de nominar. Um exemplo é um esforço que faremos inclusive no âmbito do plano diretor para ter uma leitura dos parâmetros e condições de qualidade de vida no município de São José dos Campos através dos indicadores de saúde. Então ao nominar certamente, nós iríamos excluir a possibilidade de participação de um representante da secretaria de saúde. Também temos aqui, dois professores que atuam com educação ambiental, por si só, a educação é uma secretaria que ela está intimamente ligada com a temática ambiental. Também nessa composição nominal, poderíamos aí alijar a secretaria de educação. Isso é um exemplo que eu estou pontuando. Quanto à proposta do Wilson nós podemos nominar 6 secretarias com uma interface direta, de atuação e permanecendo 3 vagas livres, talvez convidando a secretaria de saúde, talvez convidando um representante da secretaria de educação. **LINCOLN DELGADO** (CGE)**:** Pergunta se tem alguma sugestão da nominação desta secretaria. Lembra que tem 31 entidades nominadas na composição do COMAM, e 19 presentes titulares ou suplentes. Então temos quórum para votação, coloca isso já para expor qualquer tipo de questionamento que pudesse haver sobre a questão da votação. Diante disso, e se tivermos alguma outra sugestão, colocaria então em votação do bloco do poder público com a proposta do Wilson, se tivermos outras propostas, por favor, encaminhem. Entidades inscritas do SISNAMA, em vez de URBAM, e na proposta 9 vagas da prefeitura, 6 vagas nominadas e outras 3 vagas a serem preenchidas conforme a demanda. **VICENTE CIOFFI** (QUIMICOS)**:** Explica que á proposta apresentada, uma parte dela vai de encontro com a proposta que o conselheiro Wilson já fez e já foi acatada pela mesa, que é em relação à questão específica da CETESB e já diante até da posição da mesa, da dificuldade de participação da CETESB. A outra proposta que havia feito encaminhamento, era na realidade em relação a URBAM, no sentido de que a URBAM estivesse contemplada, porque a URBAM é uma prestadora de serviço da prefeitura, embora uma empresa pública, ninguém está questionando isso, mas ela deveria estar contemplada na prefeitura mesmo sendo administração indireta, que ela é uma empresa com ações a maioria da prefeitura. A discussão aqui seria no sentido de ampliar na realidade e não ser apenas uma vaga para entidades licenciadoras. Então sugeriu que a URBAM permaneça nas vagas da prefeitura. O número de vagas para os órgãos fiscalizadores do SISNAMA, conforme bem colocado aqui pelo secretário, seriam 2 vagas. Após retirou a proposta retirar. **SALVADOR ARNONE:** Expõe que estava esperando que realmente nominasse a parte da proposta da prefeitura, mas Secretário já deu apontou como que vai ser. Defendeu na parte social, que o COMUS teria que ter uma representação. Na avaliação do município verde e azul, têm 10 quesitos. É esgoto tratado, lixo, biodiversidade, arborização urbana, educação ambiental, cidade sustentável, gestão das águas, qualidade do ar, estruturas de gasto público e as condições de saúde da população. O próprio Secretário sustentou que a saúde é fundamental. Então se não houver condições, coloque-se um representante da secretaria de saúde pelo poder público e que o COMUS também tem assento no COMAM, porque na verdade está tudo relativo à saúde, seja o ar, seja a água, seja as condições de saneamento. **MARCELO MANARA** (SEURBS): Responde que entende da mesma forma, que gostaria até de atender aqui uma pergunta do Lincoln. Considerando a estrutura, atual de representação, nós passaríamos a ter quatro representantes da SEURBS - Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, um da

Secretaria de Mobilidade Urbana e um da Secretaria de Manutenção da Cidade, uma SEMOB e uma Secretaria de Manutenção da Cidade. A participação da Secretaria de Saúde ficaria aberta para oportunidade das outras 3, eu acredito que o próprio interesse que certamente o secretário Uruta vai manifestar, nós teremos garantida essa participação. Então atende ao anseio nessa questão da saúde é essencial. E também comenta a fala do Vicente, você está propondo aumentar uma vaga do total? **LINCOLN DELGADO**(CGE): Esclarece que na verdade, a URBAM que hoje tem uma vaga exclusiva, ela entraria nas vagas da prefeitura municipal e a vaga que hoje está carimbada para a URBAM conforme a proposta, ela entraria como uma vaga a mais para o SISNAMA. Ou seja, nove vagas da prefeitura municipal, incluindo a URBAM. Sugere que em vez de nominar 6 entidades, conforme, 4 SEURBS, uma da SEMOB e uma da SMC, colocaria também a URBAM, ou seja, seriam 7 vagas carimbadas da prefeitura e sobrariam 2 vagas rotativas. **MARCELO MANARA**(SEURBS): Complementa que a justificativa para aumentar o número de vagas de integrantes do SISNAMA nós já levantamos aqui a dúvida se nós vamos conseguir ter essa participação. Mesmo porque nós estamos falando de órgãos do SISNAMA, vários deles atuam de forma complementar. Então, embora integre o SISNAMA, o ICMBIO ele tem uma atuação em parte da cidade. Porque a questão da URBAM é uma questão que se reveste de uma especificidade, pela sua atribuição que é pauta constante do COMAM assim como justificado a participação do órgão do SISNAMA também a URBAM teria essa mesma prerrogativa. Que poderíamos pensar em voltar então ao total de vagas da prefeitura municipal, seriam daí 10 vagas da prefeitura municipal, tiraria a URBAM daqui e permaneceria, no meu entendimento, um voto, uma vaga para os integrantes do SISNAMA. **VICENTE CIOFFI** (QUIMICOS): Indagou ao Secretário se a prefeitura tem intenção de manter a URBAM responsável pelos serviços que ela faz na cidade? Pela questão da nominação da entidade. **LINCOLN DELGADO** (CGE): Eu anotei aqui três propostas, uma do Salvador, uma do Vicente e uma do Wilson Cabral. **WILSON CABRAL** (ITA): Posiciona que só acrescentaria, até para evitar novamente a nominação que a prefeitura tivesse áreas vinculadas ao COMAM. Por exemplo, dos representantes da prefeitura, minimamente representantes das secretarias dedicadas à urbanismo, ambiente, saúde, educação e mobilidade. Eu citaria essas cinco e deixaria as outras a ser identificado pelo poder público, em quantidades também que o poder público defina. **MARCELO MANARA** (SEURBS): Coloca que a última contribuição do Wilson, vai causar algumas incertezas. Hoje por uma atribuição natural, a secretaria de manutenção da cidade participa historicamente. Meio ambiente é uma atribuição da secretaria de urbanismo e sustentabilidade. Então nesse sentido, a secretaria de manutenção da cidade ficaria na incerteza de participar ou não. Da outra forma como havíamos pensado antes, fica mais claro. **WILSON CABRAL** (ITA): Questiona, porque a URBAM está aqui exatamente? E essa pergunta é no sentido de que URBAM não é uma de concessionária de serviços? **LINCOLN DELGADO** (CGE): Contribui, não é uma concessionária, da forma legal. Então, historicamente ela já consta do conselho destacada, ela era da prefeitura, ou seja, nas vagas da prefeitura, que a mudança simplesmente de nominá-la é porque a função dela é uma função muito afim a questionamentos diversos dentro do COMAM. Diante disso

manifesta que gostaria de colocar, quatro propostas em votação. Esclarece que ira nominá-las e pergunta se alguém quer retirar proposta, **VICENTE CIOFFI** (QUIMICOS): Esclarece que pelo menos nesse momento é óbvio, o governo tem a ideia de manter a URBAM como responsável pela coleta, manutenção da cidade, como empresa responsável pelo aterro, isso vai me implicar em retirar a proposta. **LINCOLN DELGADO**(CGE): Coloca que existe uma proposta que teria uma vaga para o SISNAMA e a proposta de que seriam nominadas quatro SEURBS, uma da mobilidade e uma da manutenção da cidade e as outras três vagas permaneceriam à decisão da prefeitura. E a proposta do Salvador de que nominasse também a secretaria da saúde. De toda forma seriam nove vagas da prefeitura, sendo nominadas somente quatro da SEURBS, uma da mobilidade e uma da secretaria de manutenção da cidade. Essa é a proposta do secretário. Continuaríamos ainda com concessionária de serviço, com a Câmara Municipal, com a URBAM e uma vaga para o SISNAMA. A proposta do Wilson e do Salvador, é que nominássemos mais uma das nove vagas que seria então da secretaria da saúde. Vamos de colocar em votação: os que concordarem com a proposta de nominarem somente as seis entidades, sem o destaque da secretaria de saúde, levantem crachás para contabilizar os votos. E seguida eu faço a votação, se necessário for, da segunda proposta, que é a proposta do Wilson. **WILSON CABRAL** (ITA): Indaga está sendo discutido nesse momento é a composição da prefeitura essencialmente? Não a chapa inteira ainda? **LINCOLN DELGADO** (CGE): Esclarece que não, que já colocaria em votação, inclusive a composição da chapa inteira, imaginando que inclusive já tiramos CETESB e colocamos uma vaga SISNAMA. Manteríamos uma vaga com o SISNAMA e as nove vagas da prefeitura, imaginando que a URBAM teria uma vaga específica, das nove vagas da prefeitura, nós nominaríamos em vez de seis, nominaríamos sete incluindo a secretaria de saúde. Essas são as propostas. **WILSON CABRAL** (ITA): Sugere o seguinte encaminhamento. Que vote pela composição da prefeitura e pela composição mínima de quais são que estarão lá, independentemente do número. Mas minimamente quais os temas que estarão como saúde, mobilidade, transporte, educação, ambiente, urbanismo, E num segundo momento, discuta o bloco no que sentido de concessionária de serviço como Sabesp, EDP. Pelo que já foi levantado, nós podemos ter de um futuro próximo inclusive, uma situação em que os resíduos sólidos passem a ser uma empresa concessionária também. Pode ter uma situação em que iluminação pública possa vir a ser uma empresa concessionária, ou seja, pode ter o elenco maior de concessionárias. Por exemplo, resíduos sólidos e água, saneamento. Então eu acho que há ainda possibilidades de racionalmente mexer com esse bloco. **LINCOLN DELGADO**(CGE): Expõe, para um atendimento a sua reivindicação, nós teríamos não só que mexer numa votação e num bloco, mas nós teríamos que nominar isso através de um parágrafo ou de um outro artigo. Nós teríamos que inclusive construir uma redação e fazer essa votação a respeito disso. Eu acho que neste momento, tumultuaria e talvez uma indecisão do que propriamente conseguir ganhar minimamente que são as secretarias nominadas. Porque falando de mobilidade, a secretaria referente a ela é mobilidade, falando de manutenção da cidade, obviamente estamos falando de arborização, de iluminação pública, estamos falando de certa forma de saneamento também. Quando se fala de SEURBS, estamos falando de toda a área de meio

ambiente, inclusive educação ambiental aqui presente, mas estamos falando também de urbanismo. Então é mais inteligente simples, nós nominarmos as secretarias do que dar margem a poder colocar ou não, porque uma secretaria que possa elencar e obrigar que ela seja participativa, pode ser que no dia a dia, não tenha condições de participar ou não acrescente. Não acho inteligente essa proposta, podemos colocar em votação, se a sua proposta é válida ou não, teríamos que nos debruçar a fazer toda uma modificação e um exercício de quais seriam realmente essas áreas afins. Você apontou aqui urbanismo, manutenção da cidade, meio ambiente, educação, mobilidade e saúde. Tem dentro do que você apontou educação ambiental dentro da SEURBS, tem a mobilidade dentro da secretaria de mobilidade proposta pelo secretário, tem o meio ambiente dentro da proposta que está dentro da SEURBS e urbanismo também. Então, todos esses elencos que você colocou, eles estão contemplados nas secretarias nominadas. **WILSON CABRAL**(ITA)**:** Reformula a proposta. Que a URBAM saia das concessionárias de serviço e vá para prefeitura. Ao invés de 9 ela teria 10 e com 5 nominações de áreas, ambiente, mobilidade, educação, saúde, resíduos sólidos. **MARCELO MANARA** (SEURBS): Propõe que a prefeitura municipal tenha 10 vagas. E aí a prefeitura municipal decide a colocação da URBAM. Essa é uma proposta. **LINCOLN DELGADO**(CGE): Coaduna as propostas, de que a prefeitura tenha 10 vagas e dentre as vagas teria que se contemplar a temática de meio ambiente, educação, mobilidade, saúde e resíduos sólidos. E minimamente essas temáticas teriam que estar compreendidas. Colocamos em votação, são duas propostas, a proposta do Wilson é de que não nominemos as vagas, são 10 vagas da prefeitura, tiraríamos uma vaga carimbada para URBAM, e a prefeitura que coloque a composição que teriam que ter minimamente a temática, de meio ambiente, educação, mobilidade, saúde e resíduos dentre as secretarias compreendidas nas 10 vagas. E a segunda proposta seria a proposta que, do secretário de que nós elencássemos das vagas, a URBAM com uma vaga e mais as vagas da SEURBS, uma da secretaria de mobilidade e um na secretaria de manutenção da cidade, nominadas, as outras seriam aí escolhidas dentro da prefeitura. A proposta do Wilson Cabral em votação de que nós teremos 10 vagas da prefeitura municipal e com os 5 temas elencados sem nominar nenhuma das secretarias. Eu vou colocar de novo. A gente tem que compreender dentre as 10 vagas da prefeitura, minimamente a temática meio ambiente, educação, mobilidade, saúde e resíduos sólidos. Se nós compreendermos essas 5 temáticas, a prefeitura pode trabalhar com as outras vagas da forma que ela bem entender colocando inclusive 6 vagas para SEURBS, se ela quiser. Compreendido isso, se há um consenso com relação a isso, até porque atendeu a proposta do Wilson, do Salvador nós colocaríamos em votação a composição que ficou de 10 vagas para prefeitura municipal, incluindo no artigo os 5 temas que eu acabei de elencar, 2 vagas para concessionária de serviço, 2 vagas para câmara municipal e uma vaga para os membros do SISNAMA. Compreendendo aí 15 vagas. Se todos ficarem da forma que estão, colocamos já em votação. E está aprovada essa proposta! Nós conseguimos aí avançar num consenso com relação a isso. Com relação às entidades da sociedade civil, eu vou elencar aqui qual é a proposta, vocês têm o novo modelo, e é preciso fazer um esforço muito grande em entender que o modelo atual. Temos uma série de entidades que ou não participaram, ou não indicam membros há um bom tempo, ou sequer

existem como exemplo do GAMAVAP. Precisava fazer uma reformulação a respeito disso. Outra coisa é a justiça que se faz com relação, ao setor de universidades, ensino e pesquisa. Não é possível por mais que seja agradável a participação da Univap, você alijar por exemplo uma Unesp, engenharia ambiental de participar só porque ela tem um campus há 5 anos aqui e a lei é de 1994. Então por esses motivos todos é que seria impossível nominar todas as entidades de São José neste setor, a ideia é de que não nominássemos mais a sociedade civil e a gente tivesse a sociedade civil com maturidade para discutir entre os seus pares. O sindicato discutindo entre seus pares, as entidades de classe discutindo entre seus pares e assim por diante. Eu só coloco em questão aqui de que tamanha a proposta de várias entidades querendo ser nominadas, e das entidades que queriam ser nominadas e grande parte delas se situam em entidades de classe. Nominaria algumas delas aqui, por exemplo, a Associação de Engenheiros e Arquitetos, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, todas elas desejaram a participação e gostariam que fossem nominadas dentro do conselho. O que a gente teria aqui, obviamente que ter uma disputa por duas vagas ou minimamente fazer uma composição como no comitê de bacias, de que uma é titular, a outra é suplente num ano e no outro ano inverteria, uma ficaria titular, a outra suplente. Mas a OAB por exemplo já se manifestou que não participaria dessa forma, porque não pode vir estatuto da OAB, existe uma complexidade na dinâmica da OAB. Então diante disso, eu gostaria de ler aqui, entidades de classe, 2 vagas. Entidades ambientalistas, 3 vagas. Sociedade e movimentos de bairro, 3 vagas. Sindicato de trabalhadores, uma vaga. Entidades representantes do setor da indústria, uma vaga. Entidades representantes do setor rural, uma vaga. Entidades representantes do setor de comércio e serviços e construção civil, uma vaga. Nós procuramos atender dentro dessa dinâmica aqui de entidades, as entidades que hoje tem assento aqui dentro. Acho que nenhuma entidade que tem assento hoje ela não conseguiria se encaixar nesse perfil. Não teríamos mais nominando sindicato da indústria da construção, mas tem as entidades representantes do setor. Não nominaríamos mais por exemplo, sindicato das indústrias químicas, mas tem a vaga para os sindicatos de trabalhadores. Mas é preciso entender que são 15 vagas e óbvio que haverá aí disputas por essas vagas, o que é natural, que é democrático. Aí o exercício que eu faço com vocês é de que nós pudéssemos nos debruçar de que aqui a gente tá compreendendo praticamente tudo que tem na sociedade civil. Ficaríamos só com uma interrogação se são vagas de números suficiente ou não para abrigar os anseios das entidades. Já fiz aqui já uma provocação inicial de que talvez duas vagas de entidades de classe serão alvos todas as eleições de uma disputa, porque temos mais entidades de classe em São José participativas, do que o número de vagas proposto. No entanto, a composição que é uma composição razoável e aqui, Vicente, Luiz, o Wilson e demais que se pronunciaram, é preciso dizer que a gente se debruçou em algumas atividades dentro da câmara técnica e vimos que essa é uma composição razoável, composição não em número de vagas, mas as entidades contempladas. Podemos fragmentar isso em duas votações. Primeira votação seria se nós achamos que os que estão nominados atenderiam realmente os anseios de compreender tudo que a sociedade civil deseja, e depois uma segunda votação e aí implicaria também numa mudança no poder público, se o número de vagas é um número de vagas também interessante a gente colocar. E um terceiro cenário,

é de que o Wilson Cabral e a Delma colocaram que no instituto de pesquisa e ensino, que nós colocaríamos a condição de que são instituto de pesquisa e ensino com curso superior, stricto sensu ou lato sensu, a gente definiria aqui, mas para que a gente evite por exemplo que uma pequena escola que talvez não tivesse nenhuma afinidade com o tema, pleiteasse uma vaga no lugar de uma UNESP, de um ITA, de um INPE, de uma UNIVAP, entre outras entidades Então tem só esse detalhe que a gente colocaria como um parágrafo. Podemos fazer dessa forma, primeiro verificar se a composição está abrangendo todos os anseios da sociedade civil, e depois discutiríamos se o número de vagas é adequado ou não, você acha mais justo que façamos assim? Tá aberta a manifestação para isso. Podemos fragmentar dessa forma? **SALVADOR ARNONE**(COMUS)**:** Suscita se os conselhos não entrariam? **LINCOLN DELGADO**(CGE)**:** Responde que para o COMUS, poderia abrir uma votação específica sobre isso, o COMUS não está obviamente hoje elencado dentro desse desenho. O COMUM está desejando que uma vaga seja carimbada ou ao COMUS ou aos conselhos de meio ambiente. Essa seria uma proposta feita pelos membros do COMUS. Hoje não está compreendido. Se nós votarmos que essa composição aqui, ela é uma composição viável, nós nem discutiríamos a questão da possibilidade de se colocar um conselho ou o COMUS. Não teria como carimbar uma vaga pro COMUS. Se a gente acha que isso aqui ainda não está representando a sociedade civil, precisaria incluir mais um tema aqui, aí nós teríamos que ouvir e ver qual é a proposta. **WILSON CABRAL**(ITA): Apresenta uma questão que é a seguinte, olhando a mudança proposta, no passado nós tínhamos 6 vagas para representantes de trabalhadores e 3 vagas para representantes patronais. Na proposta aqui se inverteu. Então nós temos uma vaga para trabalhadores e 3 vagas para patronais, um de cada setor. Então eu de cara proporia que nós dividíssemos isso. Então tiraria uma do patronal, das 3 representantes do setor, indústria, rural e serviço de construção civil, esses 3 aqui ficariam com 2 vagas e sindicato dos trabalhadores ficaria com 2 vagas. Eu acho que aí divide e fica mais equitativa essa proporção. Isso aí é o setor da indústria, setor rural, comércio e serviços e construção civil. Esses 3 têm 3 vagas, uma vaga para cada uma, e trabalhadores tem uma vaga só. **LINCOLN DELGADO**(CGE)**:** Responde, setor rural não necessariamente, Wilson, por exemplo, o sindicato dos trabalhadores, nunca participou mesmo convocado. **WILSON CABRAL**(ITA): Esclarece que trabalhadores rurais seriam trabalhadores. **LINCOLN DELGADO**(CGE)**:** Expõe que no sentido de enxugar, o sindicato rural e o sindicato dos trabalhadores rurais hoje, trazendo para lei atual, são duas vagas distintas. O sindicato dos trabalhadores rurais infelizmente como eu disse nunca indicou nenhum membro. Também o sindicato dos engenheiros já não tem participado há um bom tempo. Eu estou colocando isso, porque quando a gente coloca entidades representantes do setor rural, não necessariamente patronal. **WILSON CABRAL**(ITA): Diz, mas não nessa vaga. **LINCOLN DELGADO**(CGE)**:** Sustenta que sim, nessa vaga. **WILSON CABRAL**(ITA): Coloca, porque tem uma categoria que é sindicato de trabalhadores**. LINCOLN DELGADO**(CGE)**:** Esclarece que colocou sindicato de forma infeliz, poderia colocar por exemplo cooperativa. **WILSON CABRAL**(ITA): Expõe que cooperativa representa patronal. Embora tenha uma coisa, uma solicitação ambígua. **LINCOLN DELGADO**(CGE)**:** Lembra que isso seria uma discussão conceitual, eu poderia

por exemplo pegar uma cooperativa de têxteis, de senhoras que fazem artesanato na zona rural e não necessariamente seria patronal. **WILSON CABRAL**(ITA): Suscita, m quem você está pensando quando fala entidades representantes do setor da indústria? **LINCOLN DELGADO**(CGE): Cita que, inclusive é perigoso a possibilidade nem participarem que hoje e é desejável que se participem que é as entidades que hoje representam a CIESP que não é a CIESP, que é a de trabalhadores do meio ambiente, o GPMAI. **WILSON CABRAL**(ITA): Esclarece que GPMAI não é trabalhadores do meio ambiente. **LINCOLN DELGADO**(CGE): Afirma, não é. E diz, setor da indústria, quando eu coloco setor da indústria, há possibilidade de ser CIESP, Fiesp, há possibilidade de ser GPAMAI. **WILSON CABRAL**(ITA): Pergunta se então pode ser o sindicato dos metalúrgicos? **LINCOLN DELGADO**(CGE)**:** Responde que não, setor de indústria quando estou colocando, é vinculado a essas entidades que representam a indústria e aí quando eu coloco trabalhadores de meio ambiente da indústria é diferente de ser sindicato de trabalhadores, é outra linhagem. **WILSON CABRAL**(ITA): Afirma que é muito ambíguo, que precisa ser mais bem definido. Então do jeito que está, na minha opinião, não está equitativo. **LUIZ FERNANDO**(SINDICAT): Concorda com o Wilson no seguinte, se deixar a regra aberta, entre trabalhadores e patrões, as indústrias são muito mais organizadas do que os sindicatos. E tem um poder político, um poder financeiro, muito maior. Então já que aqui embaixo são entidades representantes do setor rural, seria voltado mais para os trabalhadores. **LINCOLN DELGADO**(CGE)**: Expõe** se tiver por exemplo uma cooperativa de laticínios, que é desejável, que compreenda um grande cenário rural, não teria então ou teria que abrir uma vaga da mesma forma que estou fazendo hoje. Estou fazendo um exercício, não quero nominar, por isso mesmo que estou colocando. Wilson, historicamente no setor rural, infelizmente nós temos um sindicato dos trabalhadores rurais, nominado, desde 1994, ele recebe ofício, tem presidente constituído, recebe ofício toda eleição, e nunca indicou membros para o conselho. O que quero dizer é o seguinte, ou a gente moderniza o fato de que entidades não participam hoje que desejam, politicamente ela quer ter a vaga dela, mas nunca participou, ou a vamos ter de novo um conselho inchado, com 40 membros que a gente vai ter que atender grande parte do que a gente imagina que seria a sociedade civil, e de novo, a gente vai ter um quórum de 20, porque outros 20 foram nominados, mas nunca desejaram participar. De novo vou elencar, sindicato de trabalhadores rurais, estou pelo menos há 15 anos no conselho de meio ambiente, nunca indicaram. Sindicato dos engenheiros, estou colocando porque o exercício que foi feito na câmara técnica. Mesmo que a gente possa fazer uma política nesse sentido. Então estou sendo justo com a história desse conselho do que tem acontecido. **DULCE RITA (**CMSJC)**:** Coloca que independente do processo histórico do COMAM, acha que está realmente com caráter muito patronal essas representatividades aqui. E realmente eu acho que dificilmente vai chegar o convite a eles, vai chegar primeiro na FIESP para depois chegar, vai chegar primeiro na ACONVAP para depois chegar no sindicato dos trabalhadores da construção civil. Essa é a minha opinião. **VICENTE CIOFFI** (QUIMICOS)**:** Coloca proposta para tentar chegar num consenso em relação a isso, seria o seguinte: passaria a ter 2 representantes do sindicato dos trabalhadores que hoje a representação é muito maior do que isso e o sindicato dos

do setor rural, nós temos uma grande expectativa de conseguir trazer representantes de não do patronal rural. Então entidades representando o setor rural não estamos aqui assegurando que vai ser exclusivamente patronal. Aí nós teríamos um reequilíbrio. Aí ficaria na minha proposta, viu presidente, 2 representantes do movimento associação de moradores de bairros, 2 de sindicato dos trabalhadores, eu acho que aí em face do que eu coloquei nas considerações, nós teríamos uma garantia de efetiva participação, um reequilíbrio, eu concordo que realmente sindicato dos trabalhadores tem muitos sindicatos ativos e combativos aí com contribuições históricas. Então nós abriríamos uma a mais para o sindicato dos trabalhadores. **VICENTE CIOFFI** (QUIMICOS)**:** Cita que na realidade é garantir realmente que venham representantes da área rural porque estamos no COMAM há muito tempo e infelizmente o representante raramente, em uma ou duas oportunidades se fez presente. Mesmo que de trabalhadores, mesmo que pequenos produtores. Em alguns casos específicos como por exemplo de São Francisco tivemos aqui a presença, mas assim é muito pequena. Então esperamos que essas vagas sejam bem aproveitadas nesse sentido, porque essa uma preocupação, é por isso era proposta de unificar. Por outro lado, diferentemente, pessoal da indústria sempre esteve presente aqui, participou ativamente de todas as discussões. Então assim, é uma questão até de justiça. A questão dos sindicatos, a nossa preocupação além da que já colocada exposta aqui pelo Wilson, é a questão de representação mesmo. Nós temos por exemplo a área liberal de profissionais liberais, associação, com 2 representantes. E que eu acho que é justo, porque é um segmento importante, tem que ser representado. Agora o sindicato dos trabalhadores também tem que ser bem representados até porque tem uma participação histórica na cidade, nas questões ambientais e aqui no COMAM. **LINCOLN DELGADO**(CGE)**:** Coloca que no setor rural nós temos em São Francisco Xavier um conselho com 06 entidades participando que de certa forma, representam aquela região, só que hoje carimbado como sindicato, elas não poderiam participar. Então quando a gente fala em entidades do setor rural, por exemplo várias das entidades que atuam em São Francisco Xavier, poderiam entrar dentro desse caráter mais amplo. Hoje como sindicato dos trabalhadores rurais e sindicato rural, elas não teriam esse espaço, o sindicato dos trabalhadores rurais não vem e não cede a vaga para várias dessas entidades que gostariam de participar de São Francisco Xavier. Então esse foi o pensamento. E quando a gente falou do setor da indústria garantindo uma vaga exclusiva, foi porque o GPMAI que é uma das entidades mais atuantes que existe na cidade. É muito importante que é o setor de meio ambiente das indústrias que tem uma participação técnica muito importante, fosse garantida numa vaga para as indústrias nesse sentido. Porque a CIESP, FIESP, palavras até da Maria Inês, tem como contenção de despesa, deixado de participar de inúmeros conselhos, mas o GPMAI em contrapartida já externou o desejo de continuar participando dentro do conselho. Essa roupagem que a gente está querendo, ela é uma roupagem customizada, é uma roupagem que visa atender a OAB, que visa atender a GPMAI que visa atender o sindicato do rural se for participar ou uma outra entidade, que visa atender o sindicato dos trabalhadores. Então assim, não há menor dúvida que haverá uma ou outra injustiça talvez, mas é o que se contempla. Pegando o gancho do que o secretário colocou, eu diria ainda, nessa composição, eu temo por 2 vagas só da entidade de

classe. Por uma situação de ter a OAB, a EAA, que sempre participaram e vão participar e se eu quiser como biólogo ou um arquiteto venha participar, eu estou alijando a participação dos biólogos e dos arquitetos. Então temo por isso. Eu gostaria de fazer uma proposta aqui de votação, primeiro o seguinte, a primeira votação seria de que a gente colocaria esse cenário que foi apresentado, sem se preocupar com o número de vagas, depois a gente vai partir para essa questão, mas que nós pudéssemos colocar entidade de classe em sacrifício da participação do COMUS. Secretário como elencou muito bem, abre uma brecha a outros conselhos e mais conselhos deliberativos como CMDU, como o COMUS, teriam que ser o representante ao levantar o crachá no COMAM teria que naturalmente ter uma deliberação, sob pena de ser colocado inclusive o seu voto sob suspeita, caso essa discussão não seja precedido COMUS. E olha a complexidade, a gente está aqui trazendo uma proposta que está totalmente modificada, corria-se o risco do Salvador vir com essa proposta dizendo não, o COMUS vai votar na proposta inicial e depois ela, toda ela é retalhada, ele não teria mais a segurança de falar sobre isso. O secretário colocou uma situação, que eu vim aqui representando o COMUS, porque o COMUS quer uma representação, não é o Salvador que quer, primeira coisa. Segunda coisa, se houver alguma coisa a ser deliberada aqui no COMAM, ele vai ser levado ao COMUS logicamente, agora essa questão de tempo, ela é muito relativa porque você pode pedir, se a coisa for relevante, ela pode ser pedida uma reunião extraordinária, como a gente tem feito lá. Outra coisa, quando você faz por exemplo a nebulização por causa da Zika Vírus, da dengue essas coisas, acaba com morcego, acaba com pássaro, acaba com borboleta, acaba com um monte de coisa. Então tem uma relevância importante a questão de saúde na vida até da nossa fauna. Então tem vários assuntos que a gente tem que ter uma interface, infelizmente a verdade é essa. Quando você tem a poluição do ar, quando você tem a questão dos aviões passando com a questão também da poluição sonora, poluição da atmosfera. Então essas coisas estão interligadas. Então eu quero deixar claro o seguinte, eu não estou trazendo a posição do Salvador, eu estou trazendo a posição do COMUS, me pediu e me indicou para ser representante no COMAM, só isso. **LINCOLN DELGADO**(CGE)**:** Expõe que não há a menor dúvida, Salvador, a importância da questão da saúde, acho que seria maluquice colocar isso aqui em questão, ninguém nega realmente a questão da saúde, no entanto colocar um conselho carimbado eu acho temerário e as explicações já foram dadas, sem dúvida alguma, aí a gente acabaria afunilando sem querer. Eu colocaria em votação aqui se nós manteríamos, não estou falando o número de vagas, manteríamos o quadros da proposta da sociedade civil, entidade de classe, entidade de ensino e pesquisa, entidades ambientalistas, sociedade e movimentos de bairro, sindicato dos trabalhadores, entidades representantes do setor de indústrias, entidades representantes do setor rural, entidades representantes do setor de comércio e serviços e indústrias. Então eu colocaria em votação aqui se nós manteríamos essa proposta que aqui foi feita e em seguida a gente parte pra um balanço de vagas o mais justo possível dentro do que os companheiros já externaram. Em votação: Quem discorda dessa composição, por favor, se manifeste. Um voto contrário do Salvador voto do Salvador. Alguma abstenção? Nenhuma. Partindo desse desenho, eu gostaria de fazer aqui tem uma proposta apontada pelo secretário e pelo Vicente de que nós teríamos então 2 vagas dos sindicatos de trabalhadores, e teríamos então 2 vagas

para as associações de moradores de bairro. **LINCOLN DELGADO**(CGE): Elenca que manteríamos o número de 15 vagas, mas a única mudança então proposta seria de que nós em vez de 3 vagas da SABS, nós teríamos aí uma dessas vagas transferida ao sindicato de trabalhadores. E aí acho que contemplaríamos hoje para colocar um exemplo prático, os 2 sindicatos de trabalhadores que estão presentes aqui hoje seriam contemplados e estariam ainda dentro desse perfil. Tudo bem? Tem alguém a fazer alguma consideração em relação a composição? Podemos votar dessa forma. Se todos concordarem com essa composição e com essa pequena mudança, nós votaríamos e então encaminharíamos isso dessa forma, tudo bem? Ok. Em votação: Alguma abstenção? 4 abstenções. Não tem nenhuma proposta alternativa? Simplesmente abstenção. Tá ok. Sendo assim, aí por maioria de votos, está aprovada essa composição a ser enviada a câmara municipal. Para ficar então finalizado a gente ficou com 10 vagas da prefeitura municipal, com condicionante de que tenha meio ambiente, educação, mobilidade, saúde e resíduos sólidos compreendida entre essas vagas; concessionária de serviços, 2 vagas; câmara municipal, 2 vaga; e o Sisnama a gente tem uma vaga. Dentre a sociedade civil, entidades de classe, 2 vagas; instituto de pesquisa e ensino, 3 vagas; entidades ambientalistas, 3 vagas; sociedade de moradores de bairro, 2 vagas; sindicato dos trabalhadores, 2 vagas; entidades representantes do setor da indústria, uma vaga; entidades representantes do setor rural, 1 vaga; entidades representantes do setor comércio e serviços de construção civil, uma vaga; totalizando 15 vagas. Diante disso, a gente tem uma proposta então de 30 vagas para ro novo COMAM, com, guardando também o detalhe de que no instituto de pesquisa e ensino, seria interessante também que colocássemos isso, se há uma unanimidade de que nós elenquemos que tem que ser um setor que tenha minimamente cursos de lato sensu, stricto sensu, para poder compreender o instituto de pesquisa e ensino e assim possa entender, albergar as faculdades que tenham, não vou nominá-las todas, mas evitaria que um colégio ou uma escola pudesse pleitear uma vaga ao COMAM. A gente colocaria essa observação também dentro de um parágrafo posterior ao artigo 6º. Tudo bem? **VICENTE CIOFFI** (QUIMICOS): Parabeniza todas as entidades que compõem o COMAM, porque tiveram uma sensibilidade para solucionar um problema que vem sendo apontado de dificuldade, quórum e outros, mas ao mesmo tempo um desapego e uma defesa do processo democrático. Porque é difícil, principalmente para nós representantes dos sindicatos, abrir mão de vagas, porque a gente, como nós abrimos, assim como é para OAB e para outras entidades que tiveram aqui um espírito democrático, representantes da indústria, no sentido de tentar melhorar e agilizar aí os encaminhamentos do COMAM . E a gente espera realmente que o executivo, ao receber essa proposta do COMAM, se sensibilize com o secretário aqui principalmente representando, e faça o encaminhamento da forma que foi discutido aqui e que realmente fique na questão da recomposição que foi o que a gente deliberou aqui nas entidades. Então é nesse sentido que eu queria registrar aqui a posição minha, Vicente, como representante do sindicato dos trabalhadores das indústrias químicas. **LUIZ FERNANDO**(SINDICAT): Se abstém, mas lamenta a saída do COMUS. Acha que como a própria prefeitura tem uma vaga para saúde, a parte de entidade também devia ter uma entidade representante, mas não vejo impossibilidade do COMUS participar como entidade, isso não é excludente. Diz que tem

acompanhado a câmara técnica desde o final do ano retrasado, e eu vejo trabalhos da SABS que praticamente não comparecem, e depois de tanto esforço parabéns para todo mundo que realmente não foi fácil ver essa lei sendo aprovada por todo mundo. **LINCOLN DELGADO**(CGE)**:** Expõe que Poderá cometer alguma injustiça, talvez algumas entidades queiram pleitear não participem, mas caso queira participar o conselho é consultivo, eu não tenho a menor dúvida que nós ouviremos a entidade e ela também terá seu peso aqui nas decisões do conselho. Precisamos ter um formalismo, no entanto eu acredito que o Salvador continuará sendo aguerrido participante e independente de ter ou não direito a voto ou ser representante do COMUS, ele sempre se fez ouvir e vai continuar participando ativamente do conselho. **VICENTE CIOFFI** (QUIMICOS): Coloca que como sindicato, não ve impossibilidade nenhuma do próprio sindicato SindCT abrigar de alguma forma as posições do COMUS. Então a gente se faz próximo do COMUS e quem sabe até pode fazer alguma coisa extra oficialmente, mas manter o contato com o COMUS. **MARCELO MANARA**(SEURBS): Parabeniza a todos do COMAM, em especial o presidente Lincoln Delgado, porque estar nessa empreitada de modernização da lei do COMAM e a todos aqueles que também contribuíram na construção desse processo, todos aqueles que foram contrários, que foram a favor, porque disso sairá uma lei moderna, uma lei mais ágil e principalmente uma composição de COMAM em que estará ali representado entidades que vão no bom sentido, guerrear para estar sentado aqui. Eu acho que esse instrumento de 94, passados 23 anos, São José dos Campos tem uma outra complexidade, pluralidade muito maior nesses vários atores, de segmento. Então a possibilidade de ter novos representantes, sem dúvida nenhuma vai abrir para aquilo que todos os colegiados tem que ter para sua auto regeneração e auto sustentação, para usar expressões da sustentabilidade. A renovação, nessa proposta de composição é a renovação de ideias, de expertises, vamos trazer aqui pessoas, instituições que tenham outras coisas a dizer para também ajudar a nos abrir os olhos, e ter no COMAM sempre um colegiado não só representativo em termos democráticos, mas um conselho que sem dúvida nenhuma contribui para o engrandecimento de São José dos Campos. Então parabéns Lincoln por ter abraçado essa causa aí há 23 anos e você é velho de conselheiro, mas saio daqui satisfeito como uma jornada cumprida aí junto o poder público junto com o colegiado, porque esse esforço sem dúvida nenhuma vai resultar num COMAM com assim um lampejo de novidades de áreas que eu acho que vai ser bastante rico. **SALVADOR** (COMUS)**:** Pergunta se enquanto a lei não for promulgada o acento continua. **LINCOLN DELGADO**(CGE)**:** Responde sem dúvida alguma. Lembra de outros pontos colocados por Vicente, que entende ser discutidos numa próxima reunião, assumindo tal compromisso, e passa a palavra para Ronaldo Madureira falar do município verde azul. **RONALDO MADUREIRA** (SEURBS): Anuncia que existe um programa da secretaria estadual de meio ambiente que procura analisar o desempenho da gestão ambiental dos municípios, é o programa município Verde e Azul. Há 10 anos existe esse programa e ele é pautado numa agenda que é proposta para os municípios pela secretaria estadual de meio. São 10 diretrizes que o município é avaliado. Hoje, a grande maioria dos municípios do Estado de São Paulo está inscrito, mais de 500 municípios e os tópicos dividem nas 10 diretrizes, um deles é a cidade sustentável. Vou encaminhar no e-mail para

cada um com detalhes. E começa com município sustentável, tem várias ações envolvidas que são analisadas. Estrutura e educação ambiental, é outro grande tema. São aqui 8 itens que eles cobram da gente desenvolver. O conselho ambiental, o próprio COMAM, está previsto aqui como uma grande diretriz e que eles pedem atas, acompanham se existem esses conselhos municipais da área ambiental em cada cidade. A biodiversidade, que esse é um grande tema, são 7 itens cobrados. A gestão das águas, com 8 ações cobradas. Qualidade do ar, uso do solo, vocês veem que é muito amplo porque a secretaria do meio ambiente, claro tem expertise nesta área, ela sabe como distribuir isso para realmente ter uma visão que o município faz. Esgoto tratado e resíduos sólidos. Houve uma reunião dia 5 de junho de 2017, que foi lançado a resolução da secretaria de meio ambiente do Estado de São Paulo com mudanças nesse programa sofreu. Eles mudaram alguns itens e notas. Então eles fizeram reuniões em várias regiões do Estado, inclusive em São José, mais uma reunião exclusiva para os representantes de cada município que são os interlocutores. Aconteceu no Parque da Cidade foi uma reunião específica para dizer quanto ia valer cada ponto, cada item, muito técnica. Coloco-me à disposição para estar informando o andamento do programa, eu acho muito bom participar e teve um avanço muito interessante. Cada diretriz dessa tem entre suas ações uma grande ação de educação ambiental, educação ambiental para gestão das águas, para biodiversidade, para resíduos sólidos. Passarei todo material que detalha as atualizações do programa aos senhores do COMAM. **LINCOLN DELGADO**(CGE): Lembra que o município sempre ficou ausente do município verde azul, infelizmente, várias gestões, mas é interessante para balizar realmente a gestão municipal do município e parabéns então a SEURBS que está encarando isso de frente, porque é uma tarefa árdua, porque tem que cumprir uma série de etapas, e sabemos que é uma equipe enxuta, mas isso é importante, não é só a ranquear ou dizer que está em 1°, 2° ou 3° lugar, mas sim cumprir uma agenda proposta pelo Estado. Esperamos que o conselho também agora na próxima gestão tenha maturidade para acrescentar bons pontos para São José no debate das questões ambientais. Outras questões que o Vicente e o Wilson tem apontado, vamos alocá-las numa próxima reunião e esperamos que isso seja enviado para câmara, e em breve momento também tenhamos uma nova votação e eleição do COMAM a partir de outubro. Nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos presentes e encerrou a reunião e eu, Teles Eduardo Pivetta lavrei a presente ata.

Lincoln Delgado
Presidente

Teles Eduardo Pivetta
Secretário Executivo